

**AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA E REORDENAMENTO
TERRITORIAL NO ESPAÇO RURAL DE TUPACIGUARA-MG: DO
LEITE À CANA**

CARLOS ROBERTO BERNARDES DE SOUZA JÚNIOR

ROSSELVELT JOSÉ SANTOS

RESUMO:

O presente artigo busca entender como se deu o ordenamento territorial do espaço rural do Município de Tupaciguara e como se reorganizou em função da inserção das usinas de cana-de-açúcar, as quais, em um determinado momento, desterritorializam a agroindústria leiteira que se manifestava hegemonicamente no município. Tenta-se perceber como os territórios da agroindústria sucroalcooleira se expandem e entram em conflito com as territorialidades da agroindústria leiteira, a qual tenta (re) existir.

Palavras-chave: Território; Desterritorialização; Agroindústria leiteira; Agroindústria Sucroalcooleira; Espaço rural.

**SUGARCANE AGROINDUSTRY AND TERRITORIAL
REORDENATION AT THE RURAL SPACE OF TUPACIGUARA-MG:
FROM THE MILK TO THE CANE**

ABSTRACT:

This paper tries to understand how the rural space of Tupaciguara - MG was organized and how it was reshaped due to the insertion of sugar cane mills which, at a certain moment, are desterritorializing the milk agroindustry that was hegemonic before. It attempts to notice how the sugarcane agroindustry territories are expanding and coming in conflict with the territorialities of the milk agroindustry, which tries to (re) exist.

Keywords: Territory; Deterritorialization; Milk agroindustry; Sugarcane Agroindustry; Rural Space.

1. INTRODUÇÃO

A cana-de-açúcar e o Brasil têm uma longa história juntos, desde aproximadamente 1533, período inicial da colonização portuguesa, já contávamos com a presença dos engenhos, os quais produziam para o mercado externo (ou seja: para a metrópole) sedento pelo açúcar. Estes engenhos estavam em pontos estratégicos do espaço, facilitando os fluxos de mão-de-obra e mercadorias, ou seja, costumavam se localizar perto de portos, afinal, escoava-se a mercadoria para a Europa e compravam-se os escravos vindos das colônias africanas.

E assim continuou até os séculos XVII e XVIII, quando houve a invasão por parte dos holandeses, os quais se instalaram em Pernambuco, estado que era o maior produtor desta cultura. Este curto período foi o suficiente para que capturassem a “*kunst*”¹ de plantar cana-de-açúcar, e, então, no século XVIII, quando foram expulsos do território brasileiro, passaram a serem nossos maiores competidores ao implantar a cultura nas Antilhas.

Com a ascensão da economia cafeeira e o fim deste monopólio, findou-se (mas não por completo) o ciclo da cana-de-açúcar, esta cultura só foi retomada no final da Segunda Guerra Mundial, quando os canaviais da Europa foram completamente destruídos e permitiram nossa reinserção no mercado. Na década de setenta ela ganha força com o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), que promoveu incentivos públicos para a produção de combustível, já que o petróleo estava em crise.

O programa, portanto, visava diminuir nossas importações de petróleo e amenizar os problemas energéticos. No final dos anos setenta, a maioria dos carros fabricados no Brasil saía com motores a álcool, mesmo sem muita adesão por parte da população. Situação que continuou até meados dos anos oitenta, quando houve uma queda nos preços do petróleo e um subsequente desinteresse no etanol.

Mesmo assim o programa se manteve em desenvolvimento e a cana continuou sua expansão, o que provou sua importância na economia brasileira nos anos noventa, já que as guerras do golfo e do Iraque causaram múltiplas oscilações no preço do petróleo. Desta forma, o governo brasileiro percebeu a necessidade de garantir sua autonomia em relação à produção de combustíveis. O surgimento dos carros “*flex*” e o interesse do capital estrangeiro fizeram com que as indústrias que processam a cana-de-açúcar se instalassem em todo o país,

¹ Arte ou técnica em holandês.

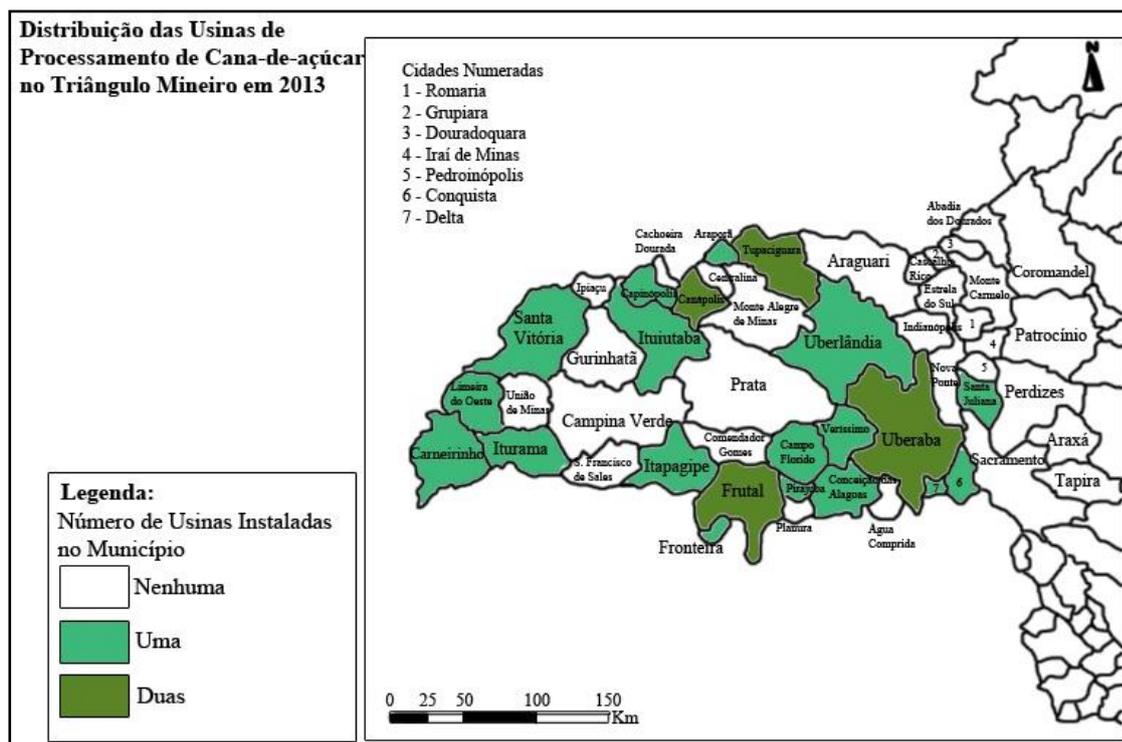
São Paulo foi um dos estados mais afetados por este processo, hoje grande parte do seu espaço rural faz parte dos chamados mares de cana.

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba não é exceção e tem visto uma frenética expansão da cana em função da instalação de usinas, as quais provocam um reordenamento territorial, afinal precisam acelerar os fluxos e linearizar os tempos para garantir uma maior reprodução do capital. Verificamos que estas usinas precisam se territorializar, entretanto as áreas escolhidas já possuem outras territorialidades, sejam estas simbólicas, políticas ou econômicas. Sendo assim, verificamos um embate territorial nestes locais.

A mesorregião tinha sua produção rural voltada para a criação de gado e o cultivo de grãos, como soja, milho e sorgo, sendo ambas as produções, ao menos em algum nível, industrializadas. Desta forma, as usinas de cana-de-açúcar precisam provocar desterritorializações em massa para conseguirem garantir a manutenção de sua reprodução capitalista.

Vemos, no mapa abaixo, que muitos municípios do Triângulo Mineiro já contam com usinas de cana-de-açúcar, algumas até mesmo com mais de uma, possuindo, portanto, territórios que podem até vir a se sobrepor. É importante ressaltarmos que esta sobreposição não necessariamente é ruim, muitas vezes ela é benéfica à agroindústria sucroalcooleira, pois garante um melhor controle difuso do espaço e permite uma luta maior por “vantagens” políticas.

Mapa 1: Distribuição das Usinas de Processamento de Cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro em 2013.



Organização: SOUZA JÚNIOR, C. R. B. de.; FREITAS, J. S. de.
 Fonte: UDOP.

Destarte, municípios como Tupaciguara, que tinha sua economia voltada principalmente para a produção leiteira, estão a se reinventar por conta destas usinas. Buscaremos, então, entender como este processo se manifesta no espaço rural de Tupaciguara, verificando as situações de (des) territorialização e seus desdobramentos no (re)ordenamento das territorialidades do espaço rural do Município, buscamos capturar um determinado momento do movimento da realidade como uma possibilidade de compreender ao menos uma parte dos fenômenos socioespaciais. Afinal, compreendemos que o espaço, assim como o homem, está sujeito a constantes mutações no seu existir.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica entre diversos autores, buscando aprofundar as discussões em torno das territorialidades e da expansão das lavouras de cana de açúcar. Também foram buscados os dados da base SIDRA do IBGE, além dos dados da ÚNICA e do CANASAT, para um embasamento quantitativo da expansão. Tentamos não nos prender à objetividade dos dados, procurando sempre elaborar análises críticas frente ao que está posto por eles.

As pesquisas se realizaram no espaço do Laboratório de Geografia Cultural e do Turismo, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, contando com o

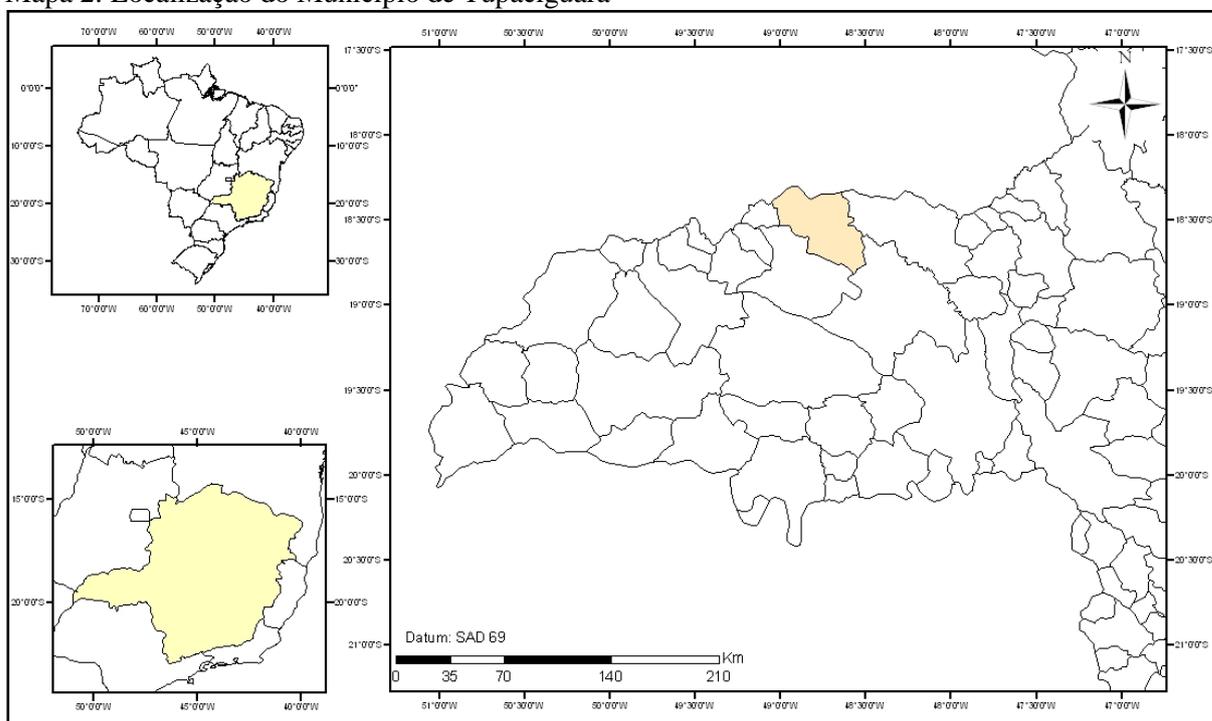
apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Houve também visita o em campo, onde pudemos conversar com moradores das comunidades rurais do município, visando entender as mudanças que vivenciaram. Afinal, quem melhor para nos mostrar estas metamorfoses?

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 (Re) ordenamento territorial de Tupaciguara - MG

O município de Tupaciguara - MG está localizado ao norte na mesorregião do Triângulo Mineiro e faz fronteira com o estado de Goiás, sua área   de 1.823,960Km² e sua popula o total   composta por 24.188 habitantes (Fonte: IBGE, 2010). A partir da observa o de imagens de satélite podemos perceber que sua mancha urbana não   muito grande, mas sua área rural   considerável, a cidade   atravessada por duas rodovias: a MG-424 e a MG-223, as quais são as importantes para o escoamento da produ o agropecuária municipal.

Mapa 2: Localiza o do Município de Tupaciguara



Fonte: Geominas, 2011.

Organiza o: COSTA, R. S. 2011.

O município  , desde 1988, sede de um entreposto da cooperativa de leite CALU (Cooperativa Agropecuária Ltda. de Uberlândia), a qual conta com mais de 150 cooperados,

os quais são, no geral, produtores tradicionais que não teriam muita oportunidade de vender sua produção sozinhos, precisando dela para comprar seus excedentes (Agrolink). A CALU, além de comprar o leite, também o processa e vende, tendo, assim, um controle vertical da produção. Com isso, verifica-se que ela é um agente territorializador por excelência em Tupaciguara.

Sem os pequenos produtores ela iria à falência, portanto precisava encontrar uma forma de garantir a continuação de sua existência. Para tanto ela controla os produtores ao reuni-los na cooperativa, todos eles tem que vender o leite pelo mesmo preço, independente dos custos que tiveram para criar o gado. Para conseguir ganhar mais (ou, em alguns casos continuar na terra) o campesino encontra duas opções: inserir tecnologias ou aumentar sua área. Sendo ambos os processos onerosos, ele reúne sua comunidade para dividir o preço da inserção de tecnologias, aproximando os territórios e os fortalecendo. É uma relação cheia de tensões, mas que se mantém por conta do fato em que ambos conseguem extrair algo dela.

É de suma importância ressaltarmos que quando nos referimos ao campesino no parágrafo acima estamos, na realidade, a indicar pequenos produtores que não necessariamente são camponeses, mas que seguem sua existência de acordo com lógicas campesinas. Ou seja, encaramos para o fim deste, que a identidade destes sujeitos deve ser levada em consideração em primeiro lugar para podemos analisá-los com o devido respeito à sua condição cultural.

Verificamos que há um aumento da produção e da quantidade criada por estes pequenos produtores, mostrando a tecnificação desta produção que, por conta de melhoramento genético, rações especializadas e maquinário tanto para a ordenha quanto para o armazenamento do leite, aumentam a produtividade sem a necessidade de ampliar a área. Não consideramos que a tecnificação destes os transformem em produtores patronais, eles continuam sendo enquadrados na produção familiar e, apesar disso, ainda possuem lógicas campesinas, como a religiosidade assídua.

O ordenamento territorial do espaço rural de Tupaciguara como um todo era centrado nesta produção leiteira voltada para a agroindústria do leite que se manifesta no cooperativismo da CALU. Como visto em Barros (2000), o preço do leite tem estado em decadência desde os anos 90, sendo extremamente volátil, o que acarreta em instabilidade e dificuldades para o pequeno e médio produtor. Desta forma, estes produtores de leite estão cada vez mais marginalizados e, portanto, mais fragilizados.

É então que surgem as usinas de cana-de-açúcar, as quais, em sua necessidade de expansão, se aproveitam da fragilidade destes produtores para se instalar em meio às territorialidades da agroindústria do leite e arrendam boa parte das áreas para a cultura de cana-de-açúcar, provocando um novo uso do espaço. As usinas precisam garantir sua matéria prima de qualquer forma possível e é na apropriação dos territórios onde antes o leite era hegemônico, há então um embate entre estes dois agentes detentores dos meios para o exercício do poder.

Entretanto, mesmo nesta fragilização, muito deles se mantém nos seus lugares, continuam a defender o seu território e é exatamente esta força que faz com que a agroindústria leiteira ainda exista em meio ao mar de cana. A produção se intensifica por conta das territorialidades, pois, o poder econômico, muitas vezes, se confunde com o poder político. Por mais que estejam perdendo áreas para a agroindústria sucroalcooleira, é justamente neste forte sentimento de pertencimento que a agroindústria leiteira aposta, pois é isto que garante a ela o monopólio da compra do leite, permitindo que ela regule os preços, pois este sentimento é mais forte entre estes pequenos produtores. Muitos deles também afirmam que um dos motivos deles continuarem hoje na cooperativa é o fato desta oferecer a todos os cooperados um plano de saúde, o que é essencial se levar em conta as condições de vida as quais muitos destes estão inseridos.

Encaramos, portanto, territorialidades, como espaços nos quais uma determinada comunidade ou grupo (seja este, social, econômico, cultural ou político) possui certa medida de controle e posse, ou seja, é o espaço onde elas exercem poder. Sendo assim, na perda deste poder a territorialidade é perdida, ou seja, há uma desterritorialização, na obtenção deste, uma territorialização. Também evidenciamos o processo de reterritorialização, o qual consiste em uma nova territorialização de determinados sujeitos, grupos ou comunidades que foram desterritorializadas; a reterritorialização não necessariamente ocorre no mesmo local, portanto sempre se faz necessária a análise de suas vantagens ou desvantagens. Considerando que o espaço não é estático, mas está em eterno devir junto à realidade, o que vemos é uma constante (des) (re) territorialização da sociedade (HAESBAERT, 2006).

É de suma importância, ressaltar que o território não necessariamente está bem desenhado no espaço, pode ser que ele se manifeste muito mais como uma ideia, sendo essencialmente imaterial. Além disso, algumas territorialidades podem parecer estar bem definidas no espaço, mas estarem, na realidade, desterritorializadas por não terem um domínio ou uma apropriação efetiva sobre este, ou seja, o importante para a existência dos territórios e

das territorialidades não são as demarcações, mas o controle. Territorializar-se está na raiz dos seres humanos, sendo, de certa forma, reminescente de nossas raízes animais, nos colocando como sujeitos trans-individuais que necessitam de um substrato seguro para reprodução de nossa existência.

E de que maneira se dá o controle se não pelo discurso? Como visto em Michel Foucault (2012), hoje os diversos discursos que regem a nossa sociedade e suas subsequentes alterações na realidade estão velados, ou seja, tem seu jogo de poder mascarado por entre diversos modos de controle, entre eles, por exemplo, a vontade de verdade e a rarefação. Sendo assim, o real poder destas territorialidades está nas suas capacidades de exercer um controle não só do espaço, mas do discurso. Entendemos por poder a potencialidade de um determinado sujeito ou grupo de conseguir fazer com que um desigual acate às suas vontades.

3.2 As forças por trás da agroindústria sucroalcooleira

O território como visto em Haesbaert (2004; 2005; 2007), está diretamente ligado a consolidação do poder, portanto devemos considerar não só as forças que estão claramente em jogo, mas observar os fenômenos em sua totalidade. Destarte, consideremos tudo que está por trás da expansão da agroindústria sucroalcooleira e a subsequente reordenação do espaço ocasionada pela presença das usinas de cana-de-açúcar.

Em primeiro lugar, pensamos que é importante deixarmos claro que encaramos como agroindústria toda aquela unidade de produção que processa produtos agrícolas em primeira instância, como as usinas de cana-de-açúcar. Também devemos ressaltar que estas não se manifestam puramente, mas está normalmente atrelada a outra infinidade de capitais, os quais não necessariamente são industriais. Chamamos a junção destas forças que se dão tanto dentro quanto fora das propriedades de complexos agroindustriais, ou, usando de uma nomenclatura menos técnica: agronegócio. É esse processo que tentaremos debulhar ao longo deste trecho.

Para a produção sucroalcooleira se manifestar no espaço, é necessário que haja inicialmente a construção da própria usina, o que envolve grandes capitais, os quais, na maioria das vezes, vêm do setor financeiro. Com o avanço subsequente das lavouras de cana-de-açúcar, a agroindústria leiteira precisa intensificar a produção e, para tanto, necessita da melhoria das técnicas e da implementação de tecnologia, os menores produtores muitas vezes não tem condições financeiras boas o suficiente para sua tecnificação e vão atrás de subsídios do Estado e de empréstimos, novamente colocando o capital financeiro no jogo. Portanto, o

reordenamento territorial ocasionado pela inserção das usinas no espaço favorece a acumulação capitalista das financeiras, fazendo com que elas colaborem com o processo.

Após a usinar ser instalada, sua matéria prima não vem do nada, ela tem que ser plantada, para tanto, normalmente, a usina investe capitais no arrendamento de propriedades para o cultivo da cana. A cana exige o uso intensivo de insumos e biotecnologia, afinal não é originária desta região, inclusive pensava-se no passado que o cerrado não era propício para estas culturas, pois os latossolos desta mesorregião são ácidos. Os insumos são responsáveis pela recuperação do solo após as colheitas, já que a cana é uma cultura extremamente agressiva no que diz respeito ao uso deste. Também são os insumos que irão diminuir a acidez, no caso o calcário é o principal utilizado para esta função. O próprio vegetal é uma versão alterada por meio da biotecnologia para suportar as condições climáticas e pedológicas da mesorregião, sendo menos frágil e mais produtivo.

A cultura da cana-de-açúcar também faz uso intensivo de maquinário, tanto para a colheita como para a irrigação, verificamos em campo que ela não se importa com o fato de ser noite ou dia, sua colheita ocorre incessantemente, aceleram-se os fluxos e os tempos, retirando os limites humanos da produção. O maquinário também é utilizado para preparar a terra para o plantio e aplicar os “defensivos agrícolas” (eufemismo para Agrotóxicos), incentivando e criando mercado para a indústria de maquinários agrícolas e (novamente) a de insumos.

Depois de terminado o plantio e a colheita, esbarramos em mais uma coisa: a produção precisa ser escoada, seja a cana pré-processamento ou seus subprodutos. O transporte é efetuado da mesma forma como quase tudo no Brasil, através das rodovias, ou seja, por grandes caminhões, carretas ou até treminhões. E quem ganha com isso? A indústria automobilística! Ela, além de ser beneficiada ao fazer a propaganda de uma energia “limpa” ou “sustentável” para seus veículos bicompostíveis ou movidos a etanol, ganha também com a venda dos veículos para o transporte, ou seja, é duplamente beneficiada.

Podemos perceber que é na junção destas múltiplas forças que a agroindústria sucroalcooleira legitima seu discurso. No entanto, fazem pressão tanto política quanto cultural, afinal, para os produtores aceitarem arrendar para a indústria não basta oferecer dinheiro, aquelas terras são seus lugares, suas territorialidades, eles se reproduzem tanto economicamente, quanto social e culturalmente nelas, muitos viveram a vida toda neste mesmo lugar. Assim, o discurso da cana doce tem que ser muito sólido e sedutor, para tanto são realizadas propagandas indicando que a usina irá gerar empregos, atrair capitais para a

cidade, vai ajudar o meio ambiente com os biocombustíveis, entre outros, tudo em uma tentativa de amenizar os lados negativos de sua instalação.

Ao conquistar tanto o poder econômico como o político, a usina ganha total legitimidade legal para se instalar e expandir suas áreas, garantindo ferramentas para a desterritorialização dos produtores tradicionais (ou não) envolvidos na agroindústria leiteira. Portanto, para a produção de leite continuar a se reproduzir em municípios como Tupaciguara ela precisa se reinventar, encontrar formas de continuar sua produção tradicional, mas com a inserção de novas técnicas e tecnologias para a elevação da produtividade sem a expansão dos seus territórios, sendo assim, até a pequena produção, muitas vezes familiar, ganha um caráter industrial. Há, portanto, um desequilíbrio no jogo de poder que se manifesta na cidade de Tupaciguara, trazendo tensões para o espaço rural desta, metamorfoseando tanto o espaço quanto os sujeitos nele inseridos.

3.3 A territorialização da agroindústria sucroalcooleira

A agroindústria sucroalcooleira tem uma organização particular, centrada nas usinas de processamento da cana-de-açúcar, as quais servem como pontos espaciais (des) territorializantes, afinal, são a partir delas que suas territorialidades se materializam no espaço e formam territórios, além do que, é, também, com a instalação das usinas que os outros territórios são desmantelados. Entretanto, é importante que destaquemos que, mesmo com o desmantelamento destes territórios, não há uma “destruição” de suas territorialidades, eles se reterritorializam em outros espaços, de forma mais ou menos precárias, mas continuam com o sentimento de “propriedade” sobre aquele espaço anteriormente ocupado.

Tupaciguara teve sua primeira usina instalada em 1984 e desde então começou a ser uma produtora, mesmo que incipiente, de cana-de-açúcar. A usina necessita de terras para efetuar o plantio da matéria prima e, para tal, arrenda propriedades a sua volta. Ao fazer isto ela transforma as territorialidades e os territórios antes ali presentes, (re) ordenando o espaço do município. Muitos dos produtores de leite resolvem arrendar para os produtores de cana por encararem que as oscilações do preço do leite não valem à pena (MANDANÊLO; MARAFON, 2004).

FOTO 1: Usina processadora de cana-de-açúcar em Tupaciguara cercada pela sua matéria prima (Instalada em 2011).



FONTE: COSTA, R. S., 2013.

Verificamos que Tupaciguara é um município com uma ampla área agricultável, a qual estava sendo mais utilizada pelo gado leiteiro, que fazia uso das pastagens. Estas áreas, por conta do desenvolvimento dos insumos e maquinários agrícolas, puderam se tornar produtivas para o plantio da cana-de-açúcar e estão sendo arrendadas pelas usinas. Afinal, não só tem um relevo apropriado, como também possuem um solo que responde muito bem às alterações antrópicas.

A agroindústria, desta forma, tenta se impor como hegemônica no espaço, anulando as lógicas anteriores a ela, ou seja, impõe a lógica do capital, onde o tempo é linearizado e os fluxos tem que ser cada vez mais rápidos. Um dos fatores importantes para garantir sua hegemonia é conseguir o máximo de área possível, pois assim pode reivindicar mais “vantagens” junto ao município. Verificamos, na tabela abaixo, a expansão da área de plantio e da produção da cana-de-açúcar desde 2000 até 2011:

Tabela 1: Expansão da Produção e da Área Plantada de Cana-de-açúcar de 2000 a 2011

| Ano | Produção (em Toneladas) | Área Plantada (em Hectares) |
|------|-------------------------|-----------------------------|
| 2000 | 258.750 | 3.450 |
| 2001 | 245.000 | 3.500 |
| 2002 | 223.300 | 3.190 |
| 2003 | 210.000 | 3.000 |
| 2004 | 245.000 | 3.500 |
| 2005 | 245.000 | 3.500 |

| | | |
|---|---------|--------|
| 2006 | 300.000 | 4.000 |
| 2007 | 301.500 | 4.020 |
| 2008 | 301.500 | 4.020 |
| 2009 | 390.000 | 5.200 |
| 2010 | 301.500 | 4.443 |
| 2011 | 868.290 | 8.430 |
| 2012 | 968.676 | 10.884 |
| Fonte: IBGE/SIDRA ORG: SOUZA JÚNIOR, C. R. B. de | | |

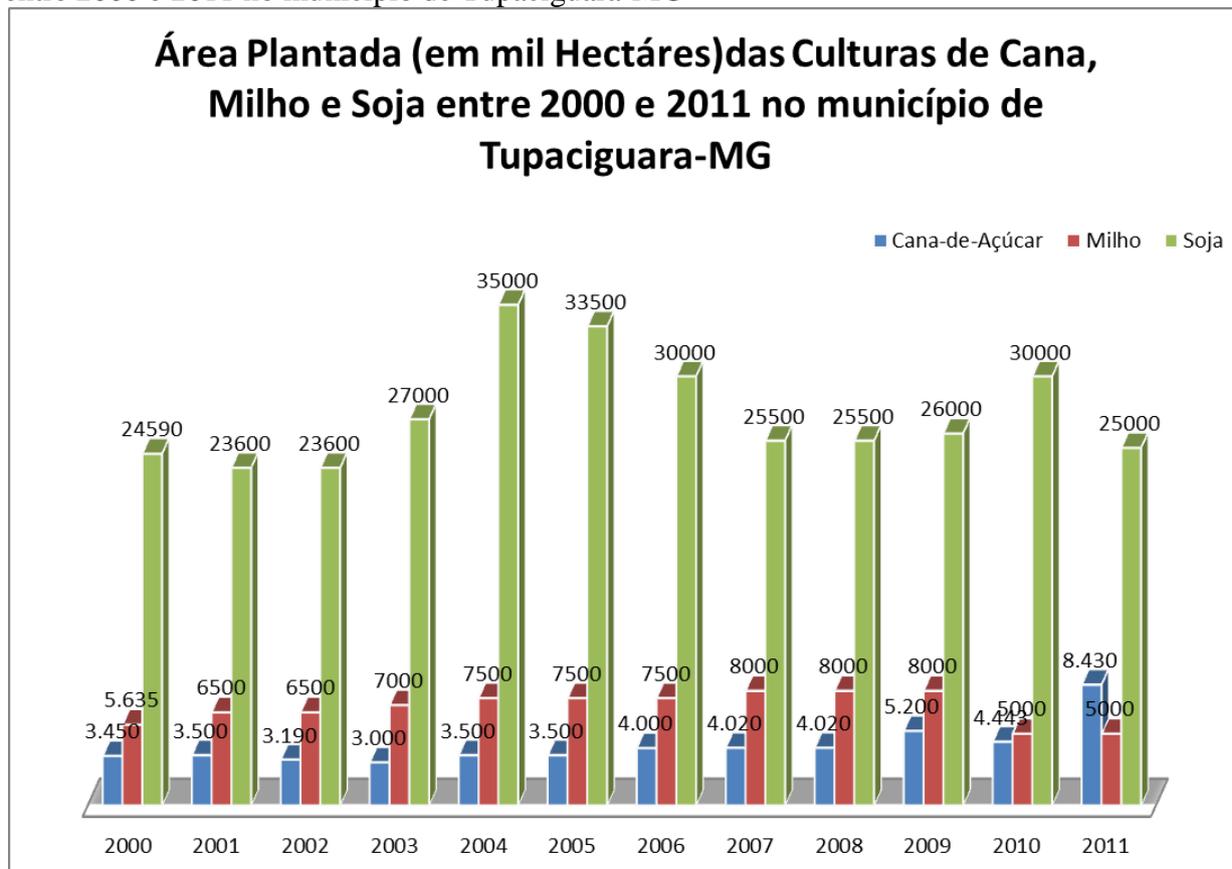
Sendo assim, vemos que, desde 2000, tanto a área plantada como a produção tem subido constantemente, mostrando que tem se imposto como hegemônica no espaço, homogeneizando-o com os “mares de cana”. Percebemos que de 2010 para 2011 há um gigantesco salto na produção que passa a ser mais que o dobro, isso se deve a construção de uma nova usina no município neste período. Desta forma, confirmamos que as usinas se materializam como forças (des) territorializadoras.

Com a implantação desta nova usina também se instala uma nova tensão territorial, afinal, tanto a usina nova como a antiga dependem de arrendamentos para conseguirem sua matéria prima, portanto competem entre si para o arrendamento de áreas. Cada usina possui uma territorialidade radial, ou seja, o domínio e o controle dos seus territórios variam em função da distância dela, portanto há um momento onde os territórios de duas usinas se encontram. Mesmo que tal fato aconteça à instalação de mais de uma usina em um município fortalece a cana, além disso, mesmo que haja sobreposição entre elas, na maioria das vezes utilizam territórios de outros municípios, ultrapassando espaços físicos e delimitados de forma política.

Em Tupaciguara, assim como em alguns municípios do Triângulo Mineiro, vimos à instalação de mais de uma usina sem que haja muitos problemas, pois elas se instalaram em pontos distintos do espaço rural do município, de forma a fazer com que seus raios só se encontrem em pontos tão distantes que não há realmente uma “disputa” por territórios. Na realidade, o que acontece no caso de Tupaciguara é que uma usina ajuda a outra, pois juntas elas podem lutar por mais vantagens, como isenções de determinados impostos ou melhorias na infraestrutura para acelerar os fluxos e a reprodução do capital.

Para clarificar a situação, a seguir vemos um gráfico que mostra como o aumento da área da cana-de-açúcar tem se dado no município em relação à outras culturas:

GRÁFICO 1: Área Plantada (em mil Hectáres) das culturas de Cana-de-açúcar, Milho e Soja entre 2000 e 2011 no município de Tupaciguara-MG

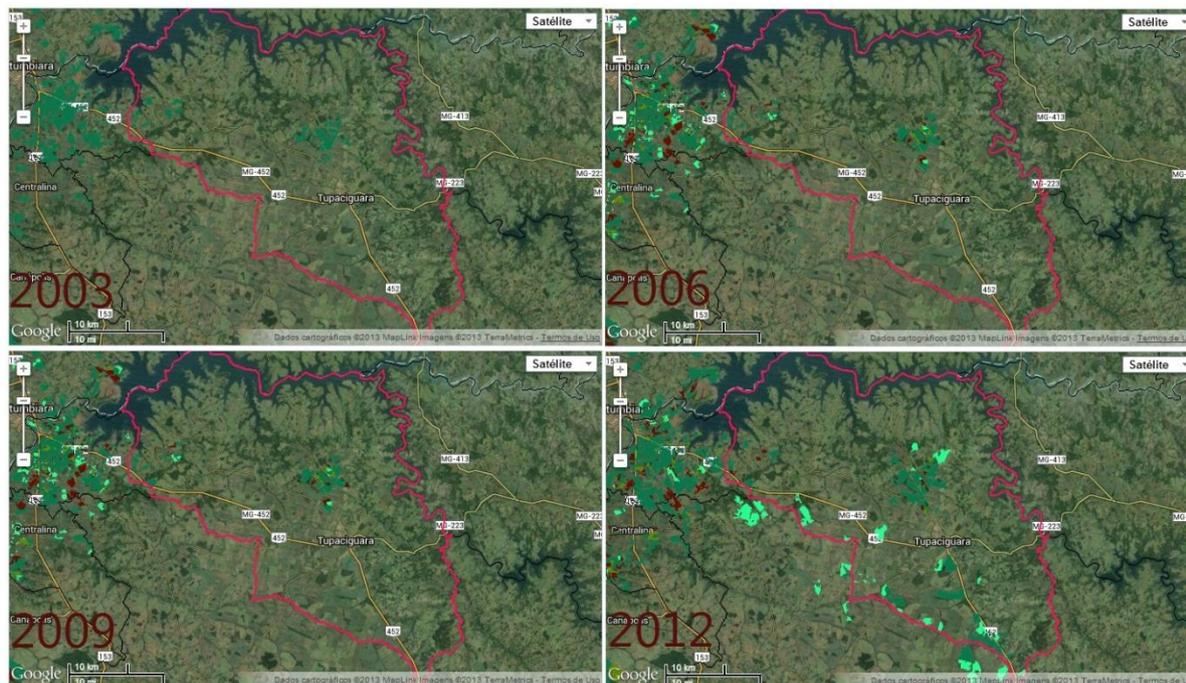


FONTE: IBGE/SIDRA

ORGANIZAÇÃO: SOUZA JÚNIOR, C. R. B. de

Além disso, vemos no seguinte mosaico a expansão das áreas de cana-de-açúcar, as áreas em verde (claro e escuro) e marrom representam as lavouras de cana e a linha em rosa delimita o município de Tupaciguara, evidenciando a voracidade do avanço da reprodução desta cultura.

Mosaico 1: Expansão da Cana-de-açúcar no município de Tupaciguara entre 2003 e 2012.



Fonte: CANASAT

Organização: SOUZA JÚNIOR, C. R. B. de

Desta maneira, verificamos que o avanço desta cultura foi muito mais expressivo depois da instalação da nova usina em 2011, onde as áreas destinadas a ela são nítidas. Encaramos que, para tanto, houve a desterritorialização das forças antes hegemônicas neste espaço, possivelmente os pequenos e médios produtores tradicionais de leite, os quais estavam sob o controle da agroindústria leiteira, que agora passaram para as mãos das usinas de cana.

É importante nos perguntarmos se a subsequente reterritorialização foi precária ou não. No caso, pensamos que sob o domínio da agroindústria do leite o produtor tinha mais instabilidade, mas continuava na sua terra, se reproduzindo não só economicamente, como também social e culturalmente. Na passagem para o domínio da agroindústria sucroalcooleira, este produtor muitas vezes sai de sua terra e a própria usina vai administrá-la. No entanto, ele continua a se reproduzir economicamente, até com mais estabilidade, mas perde sua autonomia e seu lugar, a vida não é mais a mesma e sua reprodução sociocultural é deixada de lado.

Afinal as alterações e as metamorfoses do espaço na qual estes sujeitos estão inseridos transformam também os lugares deles, modificando as relações destes com a natureza, seus cultos aos santos, suas crenças, seu viver. Existimos no espaço, mas é apenas na medida em que nos apropriamos, ou seja, que fazemos nossos próprios usos desenvolvemos pertencças é que realmente existimos na sociedade, se inserir no espaço é, também, se inserir na sociedade.

Fazer parte de uma comunidade implica em fazer parte de um território, desenvolver territorialidades ligadas à (i) materialidade da condição humana, participar dos cultos e compreender as normas.

As forças do capital possuem amplos esforços para permanecerem hegemônicas e continuarem a reproduzir suas lógicas, para tanto estão dispostas a alterar modos de vida tradicionais. Por mais que existam outras lógicas, a do capital é aquela que se afirma como hegemônica na construção do projeto da modernidade, sendo ela de suma importância para a constituição das territorialidades das indústrias, as quais acabam por serem apenas reflexos destas.

Mesmo assim, existem aqueles que ficam e continuam a produzir leite, estes, como abordamos anteriormente, passam a ser incentivados a tecnificar sua produção para conseguir alcançar as cotas da cooperativa, até mesmo alguns dos menores produtores têm tido capacidade para alcançar isso através de compras em comunidade, financiamentos e ajuda governamental. Além disso, verificamos que os sujeitos permanecem nos lugares, muitas das vezes, apenas para não perderem o vínculo com a comunidade, pois é nela que encontram suas principais razões para o existir. A permanência surge não só como uma forma de resistência às forças do capital, mas também como uma maneira do humano se sobrepôr ao artificial.

Não podemos negar que o leite era, também, uma forma de alienação e de apropriação do trabalho destes produtores tradicionais pautados em lógicas camponesas, entretanto, esta era uma exploração que ainda permitia que estes sujeitos reproduzissem suas práticas culturais e sociais. Verificamos que no vender para a cooperativa o produtor continuava na sua terra, fazendo uso dos seus saberes e fazeres, entretanto, ao entrar para o negócio da cana-de-açúcar, arrendando suas terras se distanciava da propriedade e perdia o contato com o convívio social que foi primordial para a construção da sua vida. Sendo assim, muitos destes percebem que continuar no leite pode ser benéfico em uma escala que vai para além da lógica capitalista, mas parte de um lastro cultural que ainda é muito forte.

Desta forma, percebemos que não só o leite continua a ser uma atividade econômica forte na região, como continua a aumentar sua produção mesmo com a instalação das usinas e a expansão da cana, como pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Produção de Leite (por mil litros) em Tupaciguara.



Fonte: IBGE/SIDRA

Organização: SOUZA JÚNIOR, C. R. B. de

Por mais que sua desterritorialização tenha sido intensa, a agroindústria leiteira encontra novas formas de manter sua existência. Muitas vezes estes produtores também se aproveitam de “vantagens” adquiridas pela agroindústria sucroalcooleira, principalmente no que se refere à infraestrutura, pois precisa fazer o transporte de sua produção e, para isso, as rodovias que servem à cana também servem a ela. Ou seja, há uma multiplicidade de apropriações realizadas pelos sujeitos, revelando a forma como estes podem superar as imposições das forças do capital através do uso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos então que as usinas de cana-de-açúcar se manifestam no espaço como centros de (des) territorialização **centrífuga**, onde ela desterritorializa as forças que a cercam para territorializar-se, expandindo as territorialidades da agroindústria sucroalcooleira. Tupaciguara é um município onde este processo é claro, pois as usinas de cana de açúcar que se instalam desterritorializam a agroindústria do leite ali presente. Entretanto, esta encontra maneiras de (re) existir, ao se reinventar através da tecnificação de sua produção, portanto continua a se reproduzir economicamente, mesmo em áreas menores, verifica-se que suas territorialidades não são extintas, mas perdem forças.

Encaramos que a realidade está em um eterno movimento e, desta forma, tudo que elaboramos é fruto do que vimos durante este período, às perspectivas para o futuro do

município giram em torno do contínuo avanço da agroindústria sucroalcooleira e a tecnificação em massa dos pequenos e médios produtores ligados à agroindústria leiteira. Entretanto, por mais que tenhamos avanços, existem contradições inerentes ao capitalismo que estão presentes neste processo, principalmente no que diz respeito à dignidade dos homens inseridos nesta realidade, assim como os seus saberes e fazeres.

É importante pensarmos que as constantes transformações que se operam no devir podem nos elucidar e refletir um pouco da própria natureza humana, onde temos desejos e vontades. Assim se dão as relações socioespaciais, onde o espaço é chave para a compreensão dos fenômenos que se manifestam no nosso existir, afinal não estamos em um grande vazio, nos localizamos em algum lugar e buscamos sempre nos adaptar a ele, assim como ele, de certa forma, tenta se adaptar a nós. Entretanto, percebemos que outras forças podem aparecer nele, aprofundando ou até mesmo criando contradições, chegando ao ponto em que este deixa de ter sua materialidade e permanece apenas na memória.

Conseguimos entender que as relações dos sujeitos com o espaço vão para além de um mero substrato, eles constroem relações sociais e culturais, se apropriam e fazem uso dele. Sendo assim, nascem relações de poderes que se pautam nas suas práticas, nos seus saberes e fazeres, somando-se na constituição de territorialidades, de sentimentos relacionais elaborados por conta do controle efetivo do espaço no qual estão inseridos. Pudemos verificar estas relações através da paisagem, entendendo ela não só como aquilo que a visão abarca, mas como também tudo aquilo que está por trás de sua materialização.

Pensamos que analisar o espaço pelo espaço é insuficiente, portanto neste estudo partimos dos sujeitos para entender a situação na qual eles estão inseridos, assim como as metamorfoses da sua subjetividade e do seu meio. Fomos muito bem acolhidos pelos pequenos produtores, os quais nos mostraram que continuam a reproduzir algumas de suas práticas tradicionais, reinventando-as para se adaptar à sua nova condição territorial.

Verificamos que os estudos dos processos de (des) (re) territorialização são imprescindíveis para o entendimento da forma como a industrialização do campo tem afetado a vida dos moradores das áreas rurais, principalmente os pequenos produtores, afinal o que está em jogo não é só uma questão econômica, mas social, política e cultural. Portanto, ao entender a (i) materialidade das territorialidades, podemos ter uma visão mais ampla dos processos que regem a organização humana do espaço.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FAPEMIG, pelo apoio na construção deste projeto de Iniciação Científica; ao Laboratório de Geografia Cultural e do Turismo, pela concessão do espaço para os estudos e pelas discussões; ao Instituto de Geografia e a Universidade Federal de Uberlândia.

Também somos gratos aos pequenos produtores que tivemos a oportunidade de visitar e conversar para a realização desta, os quais nos receberam com carinho e nos ajudaram muito, sem eles não seria possível.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, C. A.; TAKAHASHI, L. Y.; SACHUK, M. I. A Influência da Inovação Tecnológica na Competitividade e nas Relações de Trabalho em Usinas de Açúcar e Álcool no Estado do Paraná. **Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA)**, v. 14, p. 1-14, 2012.

BARROS, G. S. de S.; GALAN, V. B.; GUIMARÃES, V. D. A.; BACCHI, M. R. P. **Estrutura e Organização do Sistema Agroindustrial do Leite no Brasil**. Piracicaba: CEPEA, 2000.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, E. R.; CLEPS JÚNIOR, J. Pontal do Triângulo Mineiro: as Atuais Transformações Territoriais do setor sucroalcooleiro. **IV Semana do Servidor e V Semana Acadêmica da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia: 2008.

CLEPS JUNIOR, J.; SOUZA, A. A Territorialização da Produção Agroindustrial Canavieira na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Horizonte Científico (Uberlândia)**, v. 6, p. 1-22, 2012.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. Ed. São Paulo: Edições Loyolla, 2012.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, 2005.

_____. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

_____. Território e Multiterritorialidade: Um debate. **GEOgraphia**, Ano IX, n. 17, p. 19-46. Rio de Janeiro, 2007.

INÁCIO, J. B.; SANTOS, R. J. A expansão da cana-de-açúcar nos territórios de produtores tradicionais do Triângulo Mineiro-MG. **Revista Percursos-NEMO**. Maringá, v. 3, n. 2, p. 167-195, 2011.

Agrolink. **População de Tupaciguara elege a Calu como melhor laticínio da região**, 12 maio de 2009. Disponível em:

<<http://www.agrolink.com.br/agrolinkfito/NoticiaDetalhe.aspx?codNoticia=89950>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

MARAFON, G. J; MADANELO, Daniela Helena V de Lima . O complexo agroindustrial da pecuária de leite no estado do Rio de Janeiro. In: **XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2004, Cuiabá-MT. Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004. v. CD.

MARAFON, G. J. . Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 7-21, 1998.

MARQUES, L. M. ; SANTOS, R. J. As festas populares na modernidade: algumas contribuições a partir da Festa de Santos Reis de Martinésia, Uberlândia - MG. In: II Seminário Regional de Programas de Pós Graduação em Geografia do Centro-Oeste e Triângulo Mineiro, 2010, Uberlândia. **Anais do II Seminário Regional de Programas de Pós Graduação em Geografia do Centro-Oeste e Triângulo Mineiro**, 2010.

MONDARDO, M. L. Nova agricultura, novo território: mobilidade sulista e desterritorialização no Oeste Baiano. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Crises, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistências e de Esperança**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010. v. XVI.

SANTOS, M. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, ano 1, n.1, p. 7-13, Rio de Janeiro: 1999.

SANTOS, M. A totalidade do Diabo: Como as Formas Geográficas difundem o Capital e Mudam as Estruturas Sociais. In: **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003

SANTOS, R. J. Os camponeses da Região do Triângulo Mineiro e a expansão dos agrocombustíveis. **Revista eletrônica Para onde!?** (UFRGS), v. 5, p. 128-146, 2009.

_____. **Gaúchos e mineiros do cerrado: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

SILVA, J. F. G. **O que é questão agrária**. 16º Ed. Editora brasiliense, São Paulo, 1990, pg. 106.

_____. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, SEADE: São Paulo, v. 7, n.3, p. 2-10, 1993.

SOUZA, A. G.; CLEPS JUNIOR, J. A expansão da agroindústria canavieira no Triângulo Mineiro e seus efeitos sobre a produção familiar. **4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa (ENGRUP)**, pp. 952-973, São Paulo: 2008.

TÁVORA, Fernando Lagares. **História e Economia dos Biocombustíveis no Brasil**. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado. Brasília: Senado Federal, 2011.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Place: an experiential perspective**. Geographical Review, 65 (2), 1975, p.151-165.